

SOCIEDADE ATUAL, COMPORTAMENTO HUMANO E SUSTENTABILIDADE

Ana Flávia Magalhães Costa

Profa. da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFU

Beatriz Lemos Stutz

Profa. da Escola Técnica de Saúde - UFU

Gustavo de Oliveira Moreira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFU

Marcos Magno da Gama

Aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFU

RESUMO

O início do século XXI tem sido marcado pela constatação de que os modelos de desenvolvimento e estilo de vida adotados pela sociedade contemporânea, caracterizada pelo aumento da produtividade e maximização do lucro, tornam-se insustentáveis e exigem mudanças profundas, sem as quais a crise social tornar-se-á cada vez mais grave. Tais mudanças exigem alteração de valores da sociedade como um todo, onde um novo modelo de pensar resulte em comportamentos dos vários segmentos sociais para preservação do meio ambiente e mobilização em torno de uma qualidade de vida sustentável. Este artigo trata, pois, desse aspecto, abordando questões sobre a modernidade, desenvolvimento, comportamento humano e estratégias mais utilizadas para alteração do mesmo no que se refere ao meio ambiente e sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade, comportamento humano e modernidade.

CURRENT SOCIETY, HUMAN BEHAVIOR AND SUSTENTABILIDADE

ABSTRACT

The beginning of the XXI century has been marked by the observation that the development models and life style adopted by contemporary society characterized by the increase of production and profit maximization, are becoming unsustainable and demand deep changes; without changes social crisis will become much more serious. Such changes demand altogether society values alterations in order to start the growth of a new way of thinking, so it can result in behavior changes within different social segments, as far as ways of environment preservation, and mobilization around one quality of sustainable life. This paper deals with this aspect, approaching questions on modernity, development, human behavior and common strategies applied to alter men in their relation with environment and sustainability.

key words: Sustainability, human behavior and modernity

Recebido em
Aceito para publicação em

O estudo do comportamento humano é essencial para a compreensão e intervenção política em uma sociedade ávida pela busca de novos caminhos que contribuam para a solução dos inúmeros problemas que afligem o homem contemporâneo.

A modernização da sociedade desde os primórdios do século XX tem deteriorado cada vez mais a qualidade de vida humana, num processo gradual de individualização e consumo cujo alicerce está calcado no paradigma de desenvolvimento que se move em direção a um ambiente de vida insustentável com a crescente exploração dos recursos naturais existentes no planeta.

De acordo com recente pesquisa publicada por Wackernagel e colaboradores (apud VLEK, 2003, p.5), a demanda humana já pode ter excedido a capacidade regenerativa da biosfera desde a década de 80 no que se refere à área da terra biologicamente reprodutiva e a água necessária para produzir os recursos consumidos, assim como, assimilação dos resíduos gerados.

Para Vlek (2003), o conflito entre a individualidade e o coletivo, resultante dos efeitos negativos da globalização e de

um crescimento econômico irracional, tem levado a sociedade atual a mover-se cada vez mais em direção a uma qualidade de vida insustentável para todos os indivíduos. Para esse autor, na sociedade industrial moderna, a maioria das pessoas em todas as partes do mundo, a despeito de todo o conforto existente, ainda passa por grandes dificuldades, conseqüência de um comércio injusto, ausência de governo democrático e climas pouco favoráveis, tornando, em suas palavras, “qualquer grande projeto para a sustentabilidade bem difícil de preparar, organizar e realizar” (p.5). Ainda segundo esse autor, o comportamento do homem moderno é caracterizado pelo desejo dos indivíduos em “evitar esforço, impressionar os outros e/ou confirmar a sua própria autonomia” (VLEK, 2003, p.5-6).

Uma alteração dos impactos coletivos nocivos para a sociedade requer mudanças de padrões de comportamento com esforços integrados de seus diferentes setores. À medida que aumentam a produção material e os padrões de consumo, aumentam também os riscos coletivos colocando a sustentabilidade numa frágil posição.

Rivlin (2003) chama atenção para a necessidade de um ambiente de sobrevivência provocado por novas tecnologias, incremento da decadência urbana, desastres naturais e causados pelo homem, mudanças ecológicas profundas e aumento e crescimento populacional. Tudo isso impõe ao homem desafios crescentes ao longo dos últimos anos, cujo enfrentamento requer uma perspectiva interdisciplinar considerando-se a indissociabilidade das questões culturais, econômicas e políticas sobre o meio ambiente e qualidade de vida.

Nas últimas três décadas do século XX, a discussão sobre o meio ambiente intensificou-se, ganhando posição de destaque diante da crise social, com perda de confiança no desenvolvimento econômico e produzindo, segundo Ribeiro e Brito (2003, p.18), “conseqüências destruidoras não somente para o meio ambiente, para a paisagem natural, mas também para a esfera moral, a ordem social e a saúde humana”. De acordo com esses autores, o discurso da sustentabilidade se contrapõe à Teoria do Desenvolvimento tradicional tendo como perspectiva uma correção no rumo deste último. Contudo, a diversidade de

conceitos e as práticas decorrentes de variadas representações e valores tornam difícil a operacionalização de um desenvolvimento sustentável transformando eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social em frágeis conceitos.

Apesar de todos concordarem que os modelos de desenvolvimento e estilo de vida esgotaram-se, tornando-se insustentáveis, não se adotaram ainda medidas eficazes para a transformação do quadro atual. O aumento da produtividade e a maximização do lucro vêm sendo encarados como cerne da maioria dos males da sociedade. Nesse aspecto, Ribeiro e Brito enfatizam que:

Uma forma de se contribuir para o debate sobre desenvolvimento é identificar as transformações que ocorrem no interior da modernidade, a qual não realizou as promessas de progresso infinito, e entender a convivência com os riscos que, agora, não são somente os advindos do mundo natural, mas principalmente aqueles humanamente criados, ou seja, o risco artificial que fugiu ao controle do homem. (RIBEIRO E BRITO, 2003, p.9).

Para Alencastro et al (1986), há uma apropriação distinta dos bens de consumo coletivo pelas diferentes classes sociais ocorrendo freqüentemente convivência das administrações públicas com ocupações do solo urbano de modo indiscriminado,

sem planejamento, com vistas ao lucro, acarretando graves conseqüências à sustentabilidade das cidades.

O desenvolvimento sem um projeto voltado para a sustentabilidade ampliada e progressiva aumenta a degradação do meio ambiente, a pobreza e as desigualdades, comprometendo as gerações futuras. A produção de bens de consumo e serviços provocou expressivas e rápidas transformações nos centros urbanos, cuja intensificação do crescimento demográfico, com movimentos migratórios cada vez mais acentuados pela saída da população de centros menores e do campo, ocasionou graves problemas, principalmente, no que se refere à habitação, circulação, abastecimento e questões ambientais. Desde então, esse processo vem ocorrendo num crescendo, evidenciando a necessidade de vários segmentos sociais reavaliarem os conceitos de desenvolvimento e crescimento, tendo como foco a análise das conseqüências do capital especulativo sobre a qualidade de vida das pessoas.

Backer (1995) refere-se aos modelos de gestão empresarial mal adaptados à aceitação da responsabilidade em relação

ao meio ambiente, atuando de forma defensiva, tendo como objetivo garantir a qualquer preço suas metas lucrativas. Os modelos atuais de gestão urbana e dos setores empresariais demonstram serem incapazes de criar estratégias tanto sob o ponto de vista da organização da função do meio ambiente quanto da sensibilização e formação de valores decorrentes de uma análise profunda dos paradigmas atualmente existentes.

A sustentabilidade então está inexoravelmente associada à redefinição de valores e padrões de desenvolvimento capazes de frear o crescimento populacional e, conseqüentemente, o consumo pelo qual um planejamento industrial, baseado em uma nova dimensão qualitativa de desenvolvimento, alie, de forma harmoniosa, processos sócio-econômicos, recursos naturais e a estabilização da população em patamares condizentes com a capacidade de carga do planeta. Crescimento significa ter mais gente sobrando, pouquíssimos recursos para cada um, o que evidencia, portanto, a impossibilidade de crescimento e desenvolvimento concomitantes.

Santos (2004) ressalta a importância de a comunidade aprender sobre suas

deficiências, identificando inovações, forças e recursos próprios para se alcançar a sustentabilidade. Para ela, não existe uma lista de coisas a serem feitas, havendo, sim, uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser utilizadas pelas autoridades locais e seus parceiros tendo em vista as prioridades e circunstâncias existentes. A sustentabilidade, ainda segundo essa autora, requer uso sustentável dos recursos, promoção do desenvolvimento econômico sustentável, melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da comunidade, melhoria do acesso a serviços e no setor de trânsito e transporte, sustento e lazer, controle de qualidade do ar, gestão da água e esgoto, gestão dos resíduos sólidos, planejamento do território, avanços nos setores de educação, empregos, alimentação, planejamento familiar e dos processos migratórios. Nesse aspecto, torna-se fundamental que cada indivíduo seja um agente gestor capaz de identificar sua responsabilidade enquanto ser social membro da coletividade, com comprometimento e envolvimento pessoais e que suas ações, em conjunto, provoquem impactos que extrapolem o “aqui- agora” e o espaço individual.

Para todas as metas que venham a ser definidas, há necessidade da elaboração de uma escala de valores em que cada um seja capaz de exercer sua liberdade, utilizando os recursos ambientais existentes, convivendo em sociedade e pautando-se nos limites que a convivência humana harmoniosa requer, com respeito ao espaço do outro e pessoal. Tal constatação leva-nos à necessidade de discutir-se um novo modelo de pensar, requerendo, portanto, uma abordagem sobre a construção dos valores e sua relação com o comportamento humano, assim como, processos utilizados para sua transformação, os quais serão tratados nos tópicos a seguir.

Comportamento humano e mudança de valores

A discussão sobre comportamento humano e mudança de valores passa, necessariamente, pela correlação entre objetivos individuais, valores grupais e cultura. Ballachey et al (1975, p.407), ao abordarem essa questão, indicam que, embora haja estreita relação entre valores do grupo e objetivos individuais, existe, ao mesmo tempo, “lugar para grande desvio individual com relação aos valores do grupo”, sendo o comportamento

regulado por normas culturais. Para esses autores, tais normas são regras ou padrões aceitos pelos membros de uma sociedade, especificando comportamentos apropriados ou inadequados, com recompensa ou punição para ambos, em que costumes são apontados como normas de importância vital para a sociedade. Tais pesquisadores evidenciam o nível estatisticamente insignificante da correlação entre os objetivos individuais e valores de grupos aos quais o indivíduo não pertence. Esse fato talvez explique a grande dificuldade de alteração dos padrões de conduta e modos de pensar referentes à coletividade e bem-estar da população em geral, ou seja, os inúmeros entraves em transitar da esfera particular para o geral, para o todo.

Papalia e Olds (2000), ao estudarem o comportamento e o desenvolvimento humanos, atentam para a importância de se estudar cada indivíduo em um contexto múltiplo para compreensão dos impactos dos diversos ambientes pelos quais circunda em sua estrutura pessoal. Desde a mais tenra idade, o ser humano é formado pelas influências micro e macrosistêmicas que vão desde os relacionamentos cotidianos domiciliares,

passando pelo sistema educacional, laboral, social, padrões culturais abrangentes como crenças, ideologias e sistemas político-econômicos. Porém, embora as crenças e costumes dentro dos quais fomos criados exerçam grande influência sobre nossos modos de pensar e agir, sabe-se que o fato de termos ciência sobre o que a sociedade espera que cada um de nós faça não garante que nossa decisão será pautada nisso. O agir humano está intrinsecamente ligado a aspectos motivacionais voltados para sua sobrevivência e qualidade de vida.

O aspecto acima abordado é corroborado por Pegoraro, ao frisar que:

O agir humano é intrinsecamente diferente do agir de um animal... O homem responde pelo que faz – este é um elemento constitutivo do ato ético. Portanto, o agir humano não é um processo bioquímico ou mecânico; o homem não é um computador sofisticado e programado para se comportar de determinado modo e para viver tanto tempo. Ele é um agente livre e responsável pelas suas ações: é um agente moral. Sua ação é sempre motivada. (PEGORARO, 2002, p.25)

Vlek (2003), ao discutir globalização e qualidade de vida sustentável, enumera as razões que levam o indivíduo a agir de determinado modo, muitas vezes, mobilizado por interesses pessoais em detrimento do bem coletivo uma vez que, na maioria dos casos, a sociedade é movida pelos benefícios do “aqui-e-agora”, podendo por isso não reconhecer os riscos de determinadas ações e *modus vivendi*. Segundo este autor, as pessoas não estão cientes de qualquer dano coletivo, não acham que o risco coletivo de longo prazo seja suficientemente sério em relação aos inúmeros benefícios em curto prazo ou porque apesar de saberem do risco coletivo acham que pouco pode ser feito a respeito, diante da falta de alternativas viáveis e/ou falta de confiança na cooperação dos demais. Mudança de comportamento requer alteração de valores, modificação de atividades diárias, alteração nos padrões de consumo e na natureza e intensidade das interações sociais, com aceitação ou rejeição de políticas inovadoras voltadas para o fortalecimento de um sistema sustentável de desenvolvimento.

Estudos voltados para o campo da competência e habilidade social

consideram as diferentes dimensões que envolvem a construção do comportamento humano como sendo a mesma erigida a partir do contexto família, contexto escolar, grupo de amigos, meio ambiente e avanços tecnológicos, tendo estes últimos, principalmente através dos meios de comunicação, papel relevante na formação e comportamento social dos indivíduos. Sob essa perspectiva, programas de modificação comportamental passam necessariamente por uma transformação do ambiente, com geração de alternativas que requerem a consideração das conseqüências dos próprios atos, desenvolvimento do pensamento meio-fim, de causalidade social, promovendo a capacidade de perceber que as próprias motivações e a dos outros têm continuidade com relação a fatos do passado e nos auxiliam a compreender a situação presente e elaborar ações com vistas à qualidade de vida futura.

Dentre as estratégias gerais apontadas por Vlek (2003), para mudança de comportamento quanto aos dilemas enfrentados pela globalização e sua influência na qualidade de vida

sustentável, estão a regulamentação/execução (promulgação de leis, regras, estabelecimento e execução de padrões e normas); estimulação econômico-financeira (recompensas, multas, impostos, subsídios e obrigações); provimento de informação, educação e comunicação (sobre geração de riscos, tipos e níveis de risco, intenções dos outros e estratégias de redução de risco); modelamento social e suporte (demonstração de comportamento cooperativo, eficácia dos outros); mudança organizacional (privatizar recursos, instituir lideranças); modificação de valores e moralidade (apelar à consciência, incrementar “altruísmo” em relação aos outros e às gerações futuras); esperar para ver (“não faça nada, o caos guiará o navio”). As estratégias chamadas estruturais (regulamentação/execução, estimulação econômico-financeira e mudança organizacional) são em geral, segundo Vlek:

[...] mais eficazes, mas com frequência não estão disponíveis ou não são de fácil implementação [...] uma nova estrutura física pode não ser eficaz porque as pessoas evitam ou começam a utilizá-la em excesso. Regulamentação legal também pode não funcionar porque as regras são desconhecidas ou porque sua execução é percebida como violando os direitos civis adquiridos. Políticas envolvendo preços podem ter efeitos inesperadamente fracos

porque as pessoas não sentem o aumento de preço suficientemente impactante em suas carteiras, ao passo que preços com tal impacto seriam politicamente inaceitáveis (VLEK, 2003, p.9).

Feitas essas considerações, o autor ressalta que o caminho mais adequado seria a utilização de várias estratégias de mudança de comportamento, combinando as soluções estruturais com modificação de valores e moralidade, assim como, modelamento social e preparação para autorregulação. A estratégia “esperar para ver” torna-se obviamente inapropriada pelo fato das mudanças comportamentais serem muito pequenas e ocorrerem tarde demais.

Verdugo e Pinheiro (1999), discutindo os impactos de estratégias punitivas na modificação do comportamento, afirmam que o oferecimento aos sujeitos de retroalimentação contínua sobre consumo de energia elétrica, assim como, multas de consumo excessivo de água, produziram diminuição no consumo. Porém, ainda que a punição sobre comportamentos antiecológicos consiga algum resultado sob seu controle, a mesma não se mostra eficiente uma vez que há uma dependência dos sujeitos de controles externos, tornando-se de pouca utilidade prática. Além disso, um comportamento pró-ecológico dependente

de um estímulo reforçador ou de uma consequência comportamental torna-se frágil, propiciando facilmente o retorno aos antigos padrões de comportamento.

Tendo em vista os aspectos aqui abordados referentes às variáveis intervenientes na constituição do comportamento humano e às estratégias possíveis para sua modificação no que diz respeito ao meio ambiente e sustentabilidade, a discussão em torno de inovações do modelo de pensar da população que viabilize e torne realidade o desenvolvimento sustentável, passa, necessariamente, por uma abordagem sistêmica, englobando pontos importantes da ética e gestão ambiental. Desse modo, serão feitas algumas considerações das quais não se pode prescindir.

Modos de pensar, ética e questão ambiental

Deparamo-nos, hoje em dia, com uma nova ameaça à nossa sobrevivência. A proliferação de seres humanos, aliada aos subprodutos do crescimento econômico, é tão capaz de varrer do mapa a nossa sociedade quanto foram as velhas ameaças - e não apenas a nossa sociedade, mas todas as outras. Não se desenvolveu ainda nenhuma ética capaz

de enfrentar essas ameaças. (SINGER, 1994, p.300).

Essa observação de Singer (1994) deixa clara a necessidade premente da sociedade contemporânea desenvolver uma nova ética ambiental capaz de promover o estabelecimento de valores que levem, segundo ele, a comunidades estáveis e duradouras. Para esse autor, porém, os princípios éticos mudam lentamente e a necessidade por uma nova ética ambiental é imediata. Esses novos parâmetros, com modificação dos valores atuais, considerariam virtuosos a existência de famílias menores, a apreciação de lugares naturais não devastados pelos homens, a consideração dos interesses de todas as criaturas sencientes, o aproveitamento e a reciclagem de recursos, a redução de padrões de consumo; e consideraria duvidosas ações prejudiciais ao meio ambiente. Uma nova ética ambiental passa, necessariamente, segundo Singer, por uma rejeição dos ideais de uma sociedade materialista “na qual o sucesso é medido pelo número de bens de consumo que alguém é capaz de acumular” (SINGER, 1994, p.302). Esse novo modelo de pensar relaciona-se então

à valorização de tudo que diz respeito à vida, colocando em prática o respeito tanto às questões individuais quanto às coletivas, ampliando as fronteiras do “*eu*”, considerando como *boas* ações que visem não só a preservação das espécies como também a compreensão de que isto está atrelado à preservação dos sistemas ecológicos e preocupação com a biosfera.

Leroy (2001), ao tratar de ecologia, economia e ética como pressupostos do desenvolvimento sustentável, analisa a crise pela qual passa esta última como decorrência de um mundo urbanizado e individualista, onde a noção de *próximo* é sufocada pela “mão de ferro do mercado”. Sob esse prisma, a consolidação do capitalismo tornou o indivíduo o centro da ética em detrimento do coletivo. Para ele, o futuro encontra-se na reconciliação do coletivo com o individual, tendo como pré-requisito mudanças no poder instituído capaz de romper com os padrões atuais de desenvolvimento.

Backer (1995) refere-se aos modelos de gestão urbana e dos setores empresariais que têm se mostrado incapazes de criar estratégias tanto sob o ponto de vista da organização da função do meio ambiente, quanto da sensibilização e formação de

valores decorrentes de uma análise profunda dos paradigmas atualmente existentes.

O crescente aumento populacional e a expansão dos centros urbanos têm exigido cada vez mais ações no sentido de se promover o desenvolvimento sustentável, com riscos do comprometimento da qualidade de vida de gerações atuais e sobrevivência das futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do aqui exposto, uma sociedade sustentável alicerçada no modelo proposto pela Agenda 21 é um desafio que poderá ser vencido somente mediante um novo modelo de pensar eliciado a partir de um envolvimento e comprometimento da sociedade como um todo, onde uma gestão democrática possa capacitar cada vez mais as comunidades locais a assumirem, juntamente com as administrações, a responsabilidade quanto ao desenvolvimento e à preservação do meio ambiente. A definição de estratégias e ações que contribuam para um novo modelo deve ser fruto de um esforço conjunto dos gestores em todas as instâncias e a população, buscando-se experiências que tenham contribuído para transformações efetivas em relação à

qualidade de vida. Do mesmo modo, vale reforçar a observação de Vlek (2003) referente a estratégias de mudança de comportamento quando aponta como caminho possível a utilização combinada de várias estratégias que envolvem soluções estruturais, modificação de valores, modelação social e preparação para a auto-regulação.

REFERÊNCIAS

Alencastro, L. U. de. A Produção e o Consumo: a cidade como espaço de segregação. In: Castro, A. E. (Org.). **Política Urbana: a produção e o consumo da cidade**, 2^a. ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 15-22.

Backer, P. de. **Gestão Ambiental: a administração verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995, 248p.

Ballachey, E.L. et all. **O Indivíduo na Sociedade -Um manual de Psicologia Social**. Vol. II, São Paulo: Pioneira, 1975, 656p.

Bessa, K. C. F.O e Soares, B. R. Considerações sobre a dinâmica demográfica da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Caminhos da Geografia**, 3(6) 22-45, jun/2002.

Costa, L. da S. A gênese da evolução do

urbanismo moderno e a produção da cidade. **Caminhos da Geografia**, 2(4) 37-54, jun/2001.

Leroy, J.P. Ecologia, economia e ética: pressupostos do desenvolvimento sustentável. **Proposta**, n. 91, dez/fev., 2001.

Papalia, D.E. e Olds, S.W. **Desenvolvimento Humano**, 7^a. ed., Porto Alegre: Artmed, 2000, 684p.

Pegoraro, O A. **Ética e Bioética – Da subsistência à existência**. Petrópolis: Vozes, 2002, 133p.

Ribeiro, T.G. e Brito, D. C. A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social. **Ambiente e Sociedade**, V. 5, n.2/v.6n.1, Campinas, 2003.

Rivlin, L.G. Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre a inter-relação pessoa-ambiente. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 8, n.2, Natal, maio/ago., 2003.

Santos, R.L.R. **Análise sobre a Agenda 21 Municipal**. Disponível em: <http://WWW.fea.unicamp.br>. Acesso em: 26 março. 2004.

Singer, P. **Ética Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1994, 399p.

Verdugo, C. V. e Pinheiro, Q. J. Condições para o estudo do comportamento pró-ambiental. **Estudos de Psicologia (Natal)**, V.4, N.1, Natal, Jan./jun., 1999, p. 7-22.

Vlek, C. Globalização, dilemas dos comuns e qualidade de vida sustentável: do que precisamos, o que podemos fazer, o que podemos conseguir? **Estudos de Psicologia (Natal)**, V. 8, n. 2, Natal, maio/ago., 2003.